

## EDUCAÇÃO BÁSICA E FEMINISMO: O QUE PERCEBE-SE DE PESQUISAS NACIONAIS

SANTOS, P. P.<sup>1</sup>, LINDEMANN, R. H. <sup>2</sup>, JESUS, S. C.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Bagé – RS – Brasil –  
[paolapires.aluno@unipampa.edu.br](mailto:paolapires.aluno@unipampa.edu.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Bagé – RS – Brasil –  
[renatalindemann@unipampa.edu.br](mailto:renatalindemann@unipampa.edu.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Bagé – RS – Brasil –  
[suzanajesus@unipampa.edu.br](mailto:suzanajesus@unipampa.edu.br)

### RESUMO

Palavras-chave: Gênero, ensino, interseccionalidade.

### 1 INTRODUÇÃO

Sabemos que muito foi conquistado pelas mulheres em suas lutas feministas nos últimos anos, mas concordamos que ainda há o que reivindicar e repensar enquanto sociedade, já que ainda vivemos em um sistema completamente patriarcal e machista. Mulheres seguem sendo tratadas de forma desigual e entendemos que para além dos discursos e comportamentos machistas, ainda precisamos repensar o feminismo como um todo. O período das lutas feministas no Brasil, especialmente na década de 1980, foi marcado por avanços significativos rumo à igualdade de gênero.

Mulheres engajadas conquistaram marcos importantes, como o direito ao voto, o acesso facilitado ao divórcio, a inclusão de direitos trabalhistas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e a criação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, fortalecendo a luta por melhores condições de trabalho para essa categoria. Além disso, a busca pela paridade de gênero nos partidos políticos ganhou espaço, promovendo a representatividade feminina na esfera

política. Essas conquistas foram fruto de uma mobilização intensa e contínua das mulheres brasileiras, marcando um período crucial na história do feminismo no país.

Apesar do feminismo lutar por direitos e igualdade para as mulheres há muitos anos, percebemos que ele de forma geral não atende a todas as mulheres, já que é constituído de uma população branca e elitizada, sendo assim não consegue dar conta da demanda de todas as mulheres. Mulheres pretas, por exemplo, não estavam preocupadas em lutar por direito de trabalho, elas já estavam lá, na pirâmide da sociedade cuidando de toda população branca enquanto suas senhoras iam às ruas reivindicar trabalho. Não estamos de forma alguma deslegitimando o trabalho e a luta de todas elas até o momento, já que o movimento, se faz sim, muito importante. Estamos pontuando o quanto isso ainda é raso, quantas mulheres ainda precisam de voz e vez na sociedade e não estão sendo defendidas e mencionadas no senso comum. Lélia Gonzalez (2022), ao encontro do que acabamos de mencionar, enfatiza a interseccionalidade entre raça, classe e gênero em suas análises, argumentando que a opressão das mulheres está profundamente entrelaçada com outras formas de marginalização e discriminação. Para ela, o feminismo não pode ser reduzido a uma única perspectiva, mas deve abranger as múltiplas experiências das mulheres, especialmente das mulheres negras e das mulheres das classes populares. Por sua vez, Françoise Vergès (2020), ressalta a necessidade de uma abordagem transnacional e decolonial no feminismo, que leve em conta as experiências das mulheres colonizadas e marginalizadas pelo colonialismo e pelo imperialismo. Ela argumenta que o feminismo deve confrontar não apenas as estruturas patriarcais, mas também as formas de opressão colonial que continuam a afetar as mulheres em todo o mundo.

Ambas as pensadoras enfatizam que o feminismo não é apenas uma luta por direitos iguais, mas também uma crítica profunda das estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a injustiça. Elas destacam a importância de uma abordagem interdisciplinar e contextualizada para compreender as complexidades das relações de gênero e promover mudanças significativas na sociedade. O feminismo precisa ser analisado enquanto política e campo de estudo. Pensamos que para que isso seja feito, há uma necessidade de educar a sociedade para percepção dessas mulheres esquecidas e deixadas à margem. Acreditamos que a abordagem de assuntos como esse em sala de aula e nos espaços educacionais, sejam eles formais ou informais, são imprescindíveis para um processo de desconstrução de discursos racistas e machistas. Sabemos também que há uma

grande dificuldade da temática ser abordada e entendemos que isso ocorre pela falta de informação e/ou formação dos educadores. Havendo essa escassez de informação, sem confiança e esclarecimento, não teremos trabalhos e discussões acerca da temática nos espaços educacionais.

## **2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)**

A metodologia empregada foi, além da revisão bibliográfica, a pesquisa documental em que foram utilizadas as buscas na base de dados Scielo utilizando o operador booleano AND e iniciamos a busca pelos termos “feminismo interseccional”, onde não obtivemos trabalhos publicados, mudamos a para “gênero” and “educação básica” and “feminismo” e então encontramos vinte e nove resultados. Usamos como critério de exclusão trabalhos que não fossem realizados no Brasil, fora do contexto de educação básica e escritos em outras línguas. Após os critérios de exclusão, utilizando os de inclusão, que foram: todos os trabalhos que abordassem gênero, feminismo e tivessem relação com a educação básica, sendo assim, a amostra da presente pesquisa é de sete trabalhos.

É importante destacar que o recorte temporal não foi utilizado como critério de exclusão, uma vez que, identificaram-se poucos trabalhos na busca descrita anteriormente.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Diante da análise das pesquisas nacionais sobre a intersecção entre educação básica e feminismo, torna-se evidente a urgência de integrar essa temática de forma mais robusta nos currículos escolares. A escassez de estudos sobre o assunto, revela uma lacuna significativa em nossa compreensão do papel do feminismo na educação básica e, conseqüentemente, na construção de uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido, é imperativo que o tema seja não apenas introduzido, mas amplamente explorado em sala de aula ou em qualquer espaço educacional, de forma a desconstruir estereótipos e promover a conscientização sobre questões de gênero. Ademais, quando abordamos a presente temática na educação básica, insere-se o aluno desde a base do seu aprendizado a perceber através de um pensamento crítico e mais abrangente sobre a importância do assunto, para assim construir e perceber para além das suas experiências individuais.

Ao considerarmos a contribuição de autoras como Djamila Ribeiro (2020), Françoise Verges (2020), Lélia Gonzales (2022), Bilge e Collins (2021), entre outras, percebe-se que a abordagem do feminismo negro e das interseccionalidades é fundamental para uma compreensão holística das desigualdades de gênero. Finalmente, reconhecemos a importância das pesquisas futuras nas temáticas mencionadas acima, que servirão como ferramenta vital para educar e capacitar as próximas gerações, preparando-as para uma sociedade mais esclarecida, desconstruída e respeitosa das diversidades e pluralidades existentes.

#### 4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa afirma a necessidade de pesquisas mais abrangentes e inclusivas, que contemplem as diversas dimensões do feminismo e sua aplicação na educação básica, já que acreditamos que a inserção dessa temática nos espaços educacionais, sejam eles formais ou não, é de demasiada importância. Assim possibilitando que tenhamos uma realidade mais respeitosa e humana acerca da temática de gênero, levando em consideração a diversidade e pluralidade de cada pessoa, entendendo os processos interseccionais presentes na sociedade.

#### REFERÊNCIAS

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Educação e democracia: o papel do movimento feminista para a igualdade de gênero na escola.** ex æquo, n.º 17, 2008, pp. 155-165.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 23 dez. 1996a, p. 27894. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legbras/>

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental.** Brasília, DF: MEC/SEF, 2000. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sef/sef/pcn.shtm>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

CHAUÍ, Marilena. **Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominado**, in Evelina Dagnino, Os anos 90: política e sociedade no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1994.

CÓLIS, Eduardo Benedito. SOUZA, Leonardo Lemos de. **Infâncias, Gênero e Sexualidades: Uma Investigação-Intervenção com Professores de Educação infantil**. Rev. latinoam. educ. inclusiva vol.14 no.1 Santiago jun. 2020.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

KRAMER, Sonia. **“Infância, cultura e educação”**. In: EVANGELISTA, et al. *A escolarização da leitura literária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado, pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLTAMARI, Leandro Castro; GESSER, Marivete. **Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola**. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SILVA, Erineusa Maria da; FERREIRA, Eliza Bortolozzi. **Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola**. 2019.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. **Gênero na Educação Básica: Quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006